



© WFP/ Evelyn Fey

Assegurar o financiamento sustentável da merenda escolar na África Ocidental: Um esforço de colaboração entre instituições financeiras internacionais e regimes de financiamento inovadores e sustentáveis



Maio 2024



ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| Agradecimentos | 4 |
| Mensagens-chave e principais conclusões | 5 |
| Resumo Executivo | 6 |
| introdução | 7 |
| Papel das instituições financeiras internacionais (IFIs) | 10 |
| Instrumentos de financiamento das IFIs e outros mecanismos de financiamento | 13 |
| Exemplos de projectos de financiamento das IFI na região da CEDEAO | 15 |
| O poder do aprovisionamento | 17 |
| Exemplos de projectos de financiamento sustentáveis/inovadores | 19 |
| Implicações políticas do financiamento sustentável para os programas de HGSF | 24 |
| Recomendações para os decisores políticos, governos e outras partes interessadas | 26 |
| Conclusão | 28 |
| Bibliografia | 29 |

AGRADECIMENTOS

Este documento foi preparado pelo Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM), pela CEDEAO e pela Aliança para a Alimentação Escolar (School Meals Coalition – SMC) para a Conferência da CEDEAO sobre Alimentação Escolar Local, realizada em Dakar, Senegal, de 21 a 23 de maio de 2024.

Com sinceros agradecimentos a todos os que forneceram orientação e contribuíram para este documento: Kevin Watkins, Amy Bellinger, Katherine Kullman e Helene Gourichon, Iniciativa de Financiamento Sustentável (IFS); Antoine Chaussinand, Flavia Brunetti, Levke Groher, Therese Diakite, Arnold Kawuba, Valeriane Ndena, Jennifer

Jacoby, Agnès Ndiaye Faye, Thomas Conan, Programa Alimentar Mundial (PAM); Jawara Gaye, Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID); Emeka Macanthy Okoye, Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID); Moustapha Lo, Fatima Barry, Eva Marie Chloe Brocard e Farahat Farouk Bello, Banco Mundial (BM), Elizabeth Owiti, Tisungeni Zimpita, Babatunde Omilola, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Greta Claessens pela concepção gráfica da publicação.

Este documento é da autoria de Edward Lloyd-Evans, do Programa Alimentar Mundial (PAM).

MENSAGENS-CHAVE E PRINCIPAIS CONCLUSÕES

MENSAGENS-CHAVE

- As Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) desempenham um papel importante na expansão das iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais I (Home-Grown School Feeding - HGSF) na região da CEDEAO através de apoio financeiro estratégico, conhecimentos técnicos e advocacia.
- As abordagens de financiamento sustentável adaptadas na CEDEAO para as intervenções do HGSF devem integrar a educação, a agricultura, a saúde e a nutrição, alinhando-se estreitamente com os compromissos e objectivos regionais da Aliança para a Alimentação Escolar (School Meals Coalition – SMC).
- Os fóruns regionais, como a Comunidade Regional de Práticas da CEDEAO liderada pelo Centro Regional de Excelência contra a Fome e a Malnutrição (CERFAM) e as plataformas digitais conexas, constituem um canal fundamental para a interação e colaboração contínuas entre as partes interessadas, complementando as conferências tradicionais.
- O planeamento e a monitorização baseados em evidências são fundamentais para impulsionar a melhoria contínua e a adaptação em projectos de Alimentação Escolar com Produtos Locais (Home—Grown School Feeding – HGSF) em toda a Comunidade de Prática regional da CEDEAO.
- Os governos da região da CEDEAO podem melhorar o acesso à educação, a qualidade e o bem-estar nutricional através de uma cooperação estratégica no domínio do HGSF com as IFIs e outras partes interessadas.
- Os contratos públicos no domínio de Alimentação Escolar com Produtos Locais (Home—Grown School Feeding - HGSF) são uma ferramenta poderosa para gerar mudanças transformadoras, promover a sustentabilidade, a equidade e o crescimento económico e impulsionar transformações substanciais nos sistemas alimentares.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- As instituições financeiras internacionais (IFIs), tais como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) financiam os programas de refeições escolares e têm o potencial de apoiar ainda mais as iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) na região da CEDEAO, dados os benefícios estratégicos multissetoriais de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF). Estas instituições promovem o desenvolvimento do

capital humano, a resiliência, a segurança alimentar e o investimento social. Além disso, o Banco Mundial e o FMI apoiam programas destinados a melhorar a Gestão das Finanças Públicas para aumentar a eficiência da despesa pública, o que também pode beneficiar as iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).

- Estratégias de financiamento alternativas, como o financiamento baseado em resultados e abordagens integradas ao desenvolvimento de infra-estruturas rurais, ajudam os projectos de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) a serem mais bem sucedidos e sustentáveis.
- As iniciativas bem sucedidas da CEDEAO financiadas pelas IFIs, incluindo as do Burkina Faso, Togo, Benim e Senegal, empregam técnicas especializadas para responder a questões e objectivos específicos, resultando numa melhoria da saúde dos estudantes, do desempenho académico e da resiliência da comunidade.
- As políticas de contratos públicos têm a capacidade de influenciar significativamente os sistemas alimentares. Dependendo da forma como são concebidas e aplicadas, estas políticas podem perpetuar práticas injustas ou conduzir a transformações positivas a longo prazo. Por exemplo, em Milão, nos Estados Unidos, no Brasil e em partes de África, os contratos públicos têm sido utilizados para apoiar os agricultores locais, promover a sustentabilidade e garantir práticas justas. Estes casos demonstram que políticas de aquisição bem elaboradas podem conduzir a sistemas alimentares mais equitativos e resistentes, enquanto políticas mal concebidas podem reforçar as desigualdades e ineficiências existentes.
- Projectos de financiamento inovadores, como a estratégia de aquisições do Brasil, a utilização do imposto direto sobre os hidrocarbonetos na Bolívia, a afetação do IVA na Guatemala, a conversão da dívida em dívida natural no Equador e a iniciativa de obrigações dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no México, demonstram a eficácia do financiamento sustentável no apoio às economias locais, na melhoria dos resultados educativos e no incentivo ao crescimento inclusivo.
- As implicações políticas sublinham a necessidade de financiamento a longo prazo para as iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), defendendo métodos holísticos que integrem a educação, a agricultura, a saúde, a nutrição, a proteção social, o desenvolvimento económico e a sustentabilidade ambiental para promover um acesso justo e eficaz.

RESUMO EXECUTIVO

A Alimentação Escolar com Produtos Locais (Home—Grown School Feeding - HGSF) pode oferecer retornos significativos sobre o investimento, particularmente em regiões agrícolas diversas com terras aráveis. Sendo uma intervenção sensível ao contexto, o financiamento de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) também exige abordagens adaptadas. Reconhecer a singularidade de cada contexto é crucial para um financiamento e implementação eficazes. Os compromissos dos Estados membros da CEDEAO para com a Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) e a sua adoção de alimentos soberanos nutritivos indígenas e práticas agrícolas auto-sustentáveis são muito louváveis. Estes compromissos demonstram uma dedicação à abordagens holísticas, à segurança alimentar e à nutrição.

Na região da CEDEAO, as iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) são vitais para garantir o acesso das crianças a refeições nutritivas, a uma educação de qualidade e ao bem-estar geral. As Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) desempenham um papel crucial no alargamento do alcance destes programas, fornecendo apoio financeiro, conhecimentos técnicos e advocacia. O financiamento sustentável de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) requer abordagens adaptadas para integrar a educação, a agricultura, a saúde e a nutrição, em conformidade com os compromissos e objectivos regionais.

Iniciativas bem sucedidas apoiadas pelas IFIs em países como o Burkina Faso, o Togo, o Benim e o Senegal demonstraram uma melhoria da saúde dos estudantes, do desempenho académico e da resiliência da comunidade. Além disso, estratégias financeiras alternativas, como o financiamento baseado em resultados e o desenvolvimento integrado de infra-estruturas rurais, aumentam o êxito e a sustentabilidade dos projectos de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF). O papel das IFIs vai para além do apoio financeiro, incluindo a promoção de ambientes políticos conducentes a intervenções sustentáveis de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) e a uma implementação eficaz do programa.

As políticas de contratação pública exercem uma influência significativa, com o potencial de perpetuar práticas injustas ou de impulsionar mudanças transformadoras nos sistemas alimentares. Projectos de

financiamento inovadores, como a estratégia de aquisição do Brasil e a iniciativa Obrigações ODS (SDG Bond) do México, demonstram a eficácia do financiamento sustentável no apoio às economias locais e aos resultados educacionais.

Para melhorar os mecanismos de financiamento de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), os decisores políticos devem desenvolver quadros políticos integrados que se alinhem com as prioridades de desenvolvimento nacional mais alargadas. A colaboração de múltiplos intervenientes, o planeamento baseado em provas e a monitorização são cruciais para o sucesso do programa. Além disso, a atribuição de prioridades nas dotações orçamentais e a exploração de mecanismos de financiamento inovadores podem garantir um financiamento sustentável. Um cálculo de custos pormenorizado para a duração do programa também é fundamental, uma vez que fornece um roteiro financeiro claro e ajuda a garantir o investimento a longo prazo. Além disso, deve ser realçado o papel da orçamentação intersectorial para mobilizar recursos em diferentes sectores, promovendo uma abordagem mais abrangente e eficiente do financiamento.

As iniciativas de desenvolvimento de capacidades e a promoção de estratégias de aquisição local são essenciais para reforçar a implementação do programa e o desenvolvimento do mercado. Os esforços de defesa de políticas, apoiados pelos líderes da CEDEAO, podem angariar apoio público para um investimento sustentado em iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), promovendo simultaneamente um ambiente político favorável às intervenções de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).

As intervenções de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) na região da CEDEAO têm um potencial significativo para abordar vários ODS e proporcionar resultados tangíveis às crianças e às comunidades locais. Ao implementar estas recomendações e alavancar as plataformas digitais para um envolvimento contínuo, as partes interessadas da CEDEAO podem catalisar uma mudança transformadora no financiamento de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), melhorar a eficácia do programa e construir sistemas alimentares mais fortes e resilientes que promovam o desenvolvimento holístico das crianças e das comunidades em toda a região.

INTRODUÇÃO

Investir na saúde e no bem-estar das crianças em idade escolar transcende o mero altruísmo; é um investimento estratégico no futuro das nações.¹ No centro deste investimento está o conceito de programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (Home—Grown School Feeding - HGSF), iniciativas fundamentais que interligam a nutrição, a educação e o desenvolvimento económico para alimentar o potencial da próxima geração. Os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (Home—Grown School Feeding - HGSF) implicam o fornecimento de refeições às crianças em idade escolar utilizando produtos e ingredientes alimentares de origem local, apoiando assim os pequenos agricultores, estimulando as economias e garantindo que as crianças recebem os nutrientes essenciais para o seu crescimento e desenvolvimento.

CAPACITAÇÃO ATRAVÉS DA NUTRIÇÃO E DA EDUCAÇÃO

As refeições escolares não são apenas uma questão de sustento; são uma questão de capacitação. As provas sugerem que as crianças saudáveis e bem nutridas não só têm um melhor desempenho académico, como também desenvolvem competências cruciais como a concentração, a resolução de problemas e a interação social, lançando as bases para a sua produtividade futura.² O relatório mostra que o capital humano representa cerca de 70% da riqueza nos países de elevado rendimento e apenas 40% nos países de baixo rendimento, o que sublinha a necessidade imperativa de considerar investimentos multifacetados que maximizem não só os resultados da saúde e da educação, mas também a produtividade a longo prazo e o crescimento económico.³

ABORDAGEM HOLÍSTICA DO BEM-ESTAR

Além disso, os programas de refeições escolares, juntamente com intervenções como a desparasitação, a suplementação com ferro e ácido fólico e o rastreio da visão, oferecem uma abordagem holística para apoiar o bem-estar das crianças e os resultados educativos. Ao dar resposta às necessidades nutricionais e de saúde dos alunos, estes programas contribuem significativamente para aumentar o acesso à educação e melhorar os resultados da aprendizagem, em especial para os alunos vulneráveis e as raparigas.

INCENTIVOS À ASSIDUIDADE

Por outro lado, as refeições escolares nutricionalmente adequadas constituem um poderoso incentivo para que as famílias enviem os seus filhos à escola regularmente, promovendo uma maior assiduidade e envolvimento em actividades de aprendizagem. Reconhecidas como altamente eficazes pelas agências multilaterais e pelos governos, as refeições escolares têm demonstrado fortes indícios de melhorar o acesso à educação e de melhorar os resultados de aprendizagem, particularmente para os alunos vulneráveis e as raparigas.

DESAFIOS E URGÊNCIA

Apesar da sua viabilidade e eficácia, o financiamento dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) continuam a ser um desafio. A redução do espaço fiscal, os recursos internos limitados e as prioridades concorrentes dificultam os esforços para financiar adequadamente estas iniciativas. Além disso, a inflação alimentar, que tem sido particularmente elevada em regiões como a África Ocidental, exacerba estas restrições financeiras, tornando ainda mais difícil manter e expandir os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF). No entanto, os riscos são elevados - o subinvestimento corre o risco de aumentar as disparidades educacionais, perpetuar os ciclos de pobreza e sufocar o crescimento económico, particularmente em regiões como a África, onde a população jovem está a aumentar rapidamente.⁴

COMPROMISSOS COLECTIVOS NACIONAIS

No contexto da África Ocidental, 14 dos 15 países da CEDEAO aderiram à Coligação para a Alimentação Escolar, demonstrando o seu compromisso coletivo em melhorar o acesso das crianças às refeições escolares. Nomeadamente, o Gana e a Guiné-Bissau foram os últimos membros da CEDEAO a aderir à coligação em 2023. Sete dos 15 países da CEDEAO, especificamente Benim, Burkina Faso, Gâmbia, Libéria, Mali, Senegal e Togo, foram mais longe e apresentaram os seus compromissos nacionais. Estes compromissos descrevem planos e objectivos específicos que cada país irá prosseguir para fornecer às crianças refeições escolares saudáveis e nutritivas, melhorando simultaneamente os mercados e o acesso dos pequenos agricultores, demonstrando a sua dedicação em alavancar os programas de refeições escolares como soluções para os desafios regionais e globais.

1 The Education Commission, London School of Hygiene and Tropical Medicine, Research Consortium for School Health and Nutrition, School Meals Coalition, Global Education Forum, 2022. Investment Case for School Health and Nutrition. Available at: <https://www.edc.org/global-education-forum-investment-case-school-health-nutrition>

2 World Food Programme, 2023. The State of School Feeding Worldwide 2022. Available at: <https://publications.wfp.org/2022/state-of-school-feeding/>

3 World Bank, 2018. Moving Beyond GDP to Look at the World Through the Lens of Wealth. Available at: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2018/01/30/moving-beyond-gdp-to-look-at-the-world-through-the-lens-of-wealth>

4 SFI, 2024. Looking to 2030 - A Projection of School Participation Profiles for School Feeding Programs. Available at: <https://www.edc.org/looking-2030-projection-school-participation-profiles-school-feeding-programs>

TRAÇAR UM CAMINHO PARA SOLUÇÕES DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEIS

São estes compromissos nacionais que este documento pretende servir para apoiar os governos na identificação de soluções financeiras (ferramentas, mecanismos e parceiros) para abordar os seus caminhos para o financiamento nacional sustentável para a prosperidade das suas gerações futuras. O documento aprofunda a questão crítica do financiamento dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS) na região da CEDEAO, baseando-se nas experiências da América Latina e da África Oriental para fornecer recomendações acionáveis para soluções de financiamento sustentáveis. Sublinha o imperativo de compromissos financeiros robustos e oferece recomendações acionáveis aos decisores políticos, governos e instituições financeiras internacionais (IFIs) para colmatar o défice de financiamento.

ESTRUTURA DO DOCUMENTO:

- 1. Introdução:** Estabelece o contexto, definindo o conceito de HGFS e destacando as provas que sustentam os benefícios das refeições escolares.
- 2. Papel das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs):** Explora os papéis específicos que as IFIs desempenham no financiamento dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS), incluindo os seus mecanismos de financiamento, políticas e prioridades.
- 3. Instrumentos de financiamento das IFIs e outros mecanismos de financiamento:** Examina em pormenor os vários instrumentos de financiamento utilizados pelas IFIs para os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS), tais como subvenções, empréstimos e assistência técnica, e compara-os com mecanismos de financiamento alternativos utilizados noutros locais.
- 4. Exemplos de projectos financiados pelas IFIs na região da CEDEAO:** Fornece estudos de caso ou exemplos de projectos de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS) financiados pelas IFIs na região da CEDEAO, destacando os seus sucessos, desafios e lições aprendidas.
- 5. O poder da aquisição:** Integra a discussão das práticas de aquisição na exploração das ferramentas de financiamento das IFI e de outros mecanismos de financiamento, uma vez que a aquisição desempenha frequentemente um papel crucial na sustentabilidade e eficiência do programa de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS).
- 6. Exemplos de projectos de financiamento sustentável/innovador:** Apresenta modelos de financiamento inovadores e estudos de caso bem sucedidos da América Latina ou de outras regiões, mostrando abordagens alternativas para o financiamento de programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS) que poderiam ser adaptados no contexto da CEDEAO.
- 7. Implicações políticas do financiamento sustentável para os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS):** Analisa as implicações políticas mais amplas do financiamento sustentável para os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS), incluindo o seu impacto na educação, nutrição, redução da pobreza e desenvolvimento económico.
- 8. Recomendações para os decisores políticos, governos e outras partes interessadas:** Oferece recomendações acionáveis com base nos conhecimentos recolhidos ao longo do documento, dirigidas aos decisores políticos, agências governamentais, organizações internacionais, ONGs e outras partes interessadas envolvidas no financiamento do programa de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS).
- 9. Conclusão:** Resume as principais conclusões do documento, reitera a importância do financiamento sustentável para os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS) e enfatiza o potencial impacto da implementação das recomendações delineadas.
- 10. Bibliografia:** Fornece uma lista completa das fontes citadas no trabalho, incluindo estudos académicos, relatórios, documentos políticos e outra literatura relevante.

Através desta abordagem estruturada, o documento visa contribuir para a resiliência dos sistemas educativos, a melhoria dos resultados nutricionais e o desenvolvimento socioeconómico em toda a região da CEDEAO, apresentando provas de formas realistas e/ou oportunidades para colmatar o défice de financiamento, oferecendo ideias e experiências da América Latina e defendendo soluções de financiamento a longo prazo.





© WFP/Evelyn Fey

PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS (IFIS)

As IFIs desempenham um papel crucial no apoio às iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) a nível global através de assistência financeira, conhecimentos técnicos e partilha de conhecimentos, e especialmente porque tanto o BIsD como o BM são parceiros da Coligação para a Refeição Escolar. O Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Islâmico de Desenvolvimento têm sido fundamentais no fornecimento de financiamento e orientação aos governos para reforçar os seus programas de refeições escolares.⁵

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD): O BAD surge como uma força crítica que impulsiona o progresso económico e social em todo o continente africano. Funcionando como uma instituição financeira multilateral de desenvolvimento regional, canaliza assistência financeira, incluindo empréstimos, subvenções e apoio técnico, para as nações africanas. Dando prioridade à redução da pobreza, ao crescimento sustentável e à integração regional, o BAD concentra os seus esforços em diversos sectores, como as infra-estruturas, a agricultura, a educação, a saúde, a governação e o desenvolvimento do sector privado. Através de parcerias estratégicas com governos, entidades regionais, parceiros de desenvolvimento e o sector privado, o BAD esforça-se por enfrentar os desafios de desenvolvimento multifacetados de África e estimular o progresso inclusivo ("Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento"). Por exemplo, o BAD apoia iniciativas como o Projeto de Abordagem Multisectorial para a Redução do Raquitismo (MASReP)

na Etiópia. Através do MASReP, o BAD ajuda a melhorar o acesso a serviços de nutrição multisectoriais para crianças com menos de cinco anos e mulheres grávidas/lactantes. Este projeto, alinhado com a Declaração de Segota, visa áreas com elevada prevalência de atrofia, melhorando a saúde, a produção alimentar e os conhecimentos sobre práticas alimentares. Embora o financiamento provenha do Fundo Africano de Desenvolvimento, o projeto é executado pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério das Finanças da Etiópia.⁶

Banco Islâmico de Desenvolvimento (BIsD): Num âmbito distinto da cooperação sul-sul, o BIsD assume um papel único na promoção do progresso económico e social nos seus países membros e nas comunidades muçulmanas de países não membros. Fundado e baseado nos princípios islâmicos, oferece ajuda financeira, incluindo empréstimos, subvenções e assistência técnica, para apoiar projectos que abrangem vários sectores, como a educação, a saúde, a agricultura, as infra-estruturas e as finanças islâmicas. Operando em consonância com os princípios das finanças islâmicas, o BIsD promove a colaboração entre os países membros para enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento e alcançar um crescimento sustentável. Através de parcerias com governos, sector privado, ONG e sociedade civil, e partes interessadas, o BIsD procura facilitar a redução da pobreza, promover o desenvolvimento inclusivo e melhorar o bem-estar das comunidades.

⁵ SFI and Fab Inc., 2024. School Meals International Donor Analysis: Analysis of school feeding financing data systems: challenges and opportunities.

⁶ Ibid. p. 24-25.

Por exemplo, no âmbito da sua parceria com o PAM para apoiar o desenvolvimento do capital humano relacionado com a saúde e a nutrição escolares, o BIsD financiou o "Apoio à alimentação escolar, à nutrição e às crianças não escolarizadas" no Benim, como projeto-piloto da iniciativa destinada a melhorar os meios de subsistência rurais⁷.

O Banco Mundial: O BM é um pilar no domínio do financiamento do desenvolvimento global. É constituído pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e pela Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), que concede apoio financeiro e conhecimentos técnicos aos governos dos países de baixo e médio rendimento. A sua missão centra-se na redução da pobreza e no desenvolvimento sustentável, abrangendo um vasto leque de iniciativas como a educação, a saúde, a agricultura, as infra-estruturas e a proteção social ("World Bank Group - International Development, Poverty, and Sustainability"). Em colaboração com governos, ONG e organizações internacionais, o Banco Mundial procura apoiar a implementação de políticas e projectos destinados a promover o crescimento económico e o bem-estar social. Por exemplo, o Banco Mundial apoiou várias iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) a nível mundial, como no Togo, onde apoiou uma avaliação Healthy-SABER, que avaliou a política e a governação em matéria de saúde e nutrição escolar e os serviços, incluindo as refeições escolares, oferecidos nas escolas. Financiou outros serviços de saúde complementares, como a desparasitação, em países da África Subsariana, incluindo Angola, Níger, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo e outros.⁸

O BM poderia desempenhar um papel importante no reforço dos programas de refeições escolares liderados pelo governo, para melhorar a sua eficácia e eficiência. O BM tem-se empenhado em questões como a definição de objectivos, a adequação, o envolvimento da comunidade, o fornecimento local de produtos alimentares, serviços complementares de saúde e nutrição (ou seja, desparasitação escolar, suplementação de micronutrientes, WASH), responsabilidade social e outras normas de implementação. Na maioria dos países de baixo e médio rendimento, a despesa pública anual com a educação durante a infância e a adolescência são de 210 mil milhões de dólares, enquanto apenas 4 mil milhões de

dólares são investidos na saúde e na nutrição. Este desalinhamento não permite que o sector da saúde preste um apoio adequado aos programas de saúde e nutrição escolar, juntamente com os seus homólogos do sector da educação. Por conseguinte, é essencial que haja um aumento dos investimentos coerentes que reúnam as partes interessadas de todos os níveis dos sectores da saúde, da nutrição e da educação para maximizar o impacto dos programas de saúde e nutrição escolar.

Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA):

Uma agência especializada das Nações Unidas centrada exclusivamente no desenvolvimento rural e na transformação dos sistemas alimentares. O FIDA direcciona os seus investimentos para os mais marginalizados - pequenos produtores empobrecidos, mulheres, jovens, comunidades indígenas e outros grupos demográficos vulneráveis. Ao dar prioridade às áreas rurais, o FIDA tem como objetivo promover a prosperidade, reforçar a segurança alimentar e fortalecer a resistência destas comunidades. A instituição funciona como um catalisador para investimentos públicos e privados na agricultura e nas empresas rurais, com uma ênfase distinta na colocação dos habitantes rurais na vanguarda dos seus esforços. Através de subvenções e empréstimos a juros baixos desde a sua criação em 1978, o FIDA tem sido fundamental para capacitar as populações rurais a melhorar a sua segurança alimentar, elevar os seus padrões de vida e assumir o controlo das suas próprias trajetórias de desenvolvimento. O compromisso do FIDA em promover o bem-estar rural alinha-se perfeitamente com o seu papel na iniciativa conjunta das agências baseadas em Roma para a Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), um esforço de colaboração com a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o PAM destinado a apoiar nações como o Quênia, Filipinas, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Senegal na implementação de programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF). Com um orçamento alocado de 10 milhões de dólares ao longo de três anos, esta iniciativa simboliza a dedicação do FIDA em alavancar a agricultura como um veículo para o desenvolvimento sustentável e crescimento inclusivo.⁹

7 Ibid., p. 25-26.

8 Ibid., p. 22-24.

9 Ibid., p. 28.

Fundo Monetário Internacional (FMI): O FMI atua como um ator importante na assistência financeira global, embora não esteja diretamente focado em iniciativas de alimentação escolar. Embora o FMI não forneça normalmente financiamento direto para esses programas, as suas operações de empréstimo aos países podem ter um impacto profundo no desenvolvimento de ambientes favoráveis às iniciativas nacionais de alimentação escolar. Através de acordos sobre metas fiscais, o FMI pode incentivar indiretamente a expansão dos programas de alimentação escolar como parte de suas estratégias económicas mais amplas. Embora o FMI não tenha alocado fundos especificamente para a alimentação escolar, seus empréstimos servem como fontes de financiamento vitais para os países em desenvolvimento.

Em fevereiro de 2023, o FMI, juntamente com outras organizações internacionais proeminentes, emitiu uma declaração conjunta pedindo ações para enfrentar a crise global de alimentos e nutrição, reconhecendo a importância dos programas de alimentação escolar. Embora os programas recentes do FMI, como o do Gana, possam apoiar indiretamente iniciativas de alimentação escolar, a extensão deste apoio permanece pouco clara em vários países. Assim, embora o foco principal do FMI não seja a alimentação escolar, suas políticas e mecanismos de financiamento podem influenciar o cenário em que esses programas operam, potencialmente promovendo condições favoráveis ao seu crescimento e sustentabilidade.¹⁰



¹⁰ Ibid., p. 24.

INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DAS IFIS E OUTROS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

As IFIs oferecem várias ferramentas de financiamento para apoiar os programas de refeições escolares e HGFSF:

- **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD):** A APD refere-se à ajuda governamental destinada a promover o desenvolvimento económico e o bem-estar dos países em desenvolvimento. Inclui tanto a ajuda bilateral, que é a assistência prestada diretamente por um país a outro, como a ajuda multilateral, que é fornecida através de Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e outras organizações multilaterais. As IFIs, como a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), atribuem APD (empréstimos e subvenções em condições favoráveis) para apoiar projectos de desenvolvimento, incluindo programas de educação e nutrição, como refeições escolares, sobretudo em países de baixos rendimentos. Como entidade do Grupo do Banco Mundial, a AID oferece financiamento em condições favoráveis aos países mais pobres do mundo, apoiando iniciativas como os programas de alimentação escolar através de empréstimos e subsídios a juros baixos. Além disso, os recursos da AID alavancam fundos fiduciários para apoiar as prioridades dos países e programas específicos, como saúde e nutrição escolar. A ajuda bilateral também pode desempenhar um papel significativo nos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (- HGFSF), aumentando ainda mais o seu alcance e impacto.
- **Assistência técnica:** Para além do apoio financeiro, as IFIs fornecem conhecimentos técnicos e assistência ao desenvolvimento de capacidades aos governos para conceber, implementar e monitorizar programas eficazes de refeições escolares.

Ao utilizar estes instrumentos de financiamento, tais como o financiamento baseado em resultados e os mecanismos de investimento estratégico, as IFIs desempenham um papel fundamental para garantir o financiamento sustentável dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFSF). Estes instrumentos permitem associar os investimentos em infra-estruturas rurais cruciais e o desenvolvimento de cadeias de valor locais diretamente às iniciativas de alimentação escolar. Por exemplo, os fundos podem ser alocados para melhorar as redes de transporte, aumentar a produtividade agrícola e reforçar as instalações de processamento de alimentos nas áreas rurais, o que contribui para o sucesso dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais

(HGFSF). Além disso, a utilização de mecanismos de financiamento baseados em resultados garante que os investimentos estão ligados a resultados mensuráveis, incentivando a eficiência e a responsabilidade na implementação do programa. Esta abordagem integrada não só promove a nutrição e a segurança alimentar, como também apoia as economias locais, estimulando a produção agrícola e criando oportunidades de emprego. Em última análise, a sinergia entre as ferramentas de financiamento e os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFSF) permite melhorar os resultados educativos, promovendo um futuro mais saudável e próspero para as comunidades.

Para além das ferramentas de financiamento fornecidas pelas IFIs, os governos podem utilizar outros mecanismos de financiamento inovadores para apoiar os programas de refeições escolares e Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFSF). Estes mecanismos incluem:

1. **Impostos sobre ganhos inesperados:** O aproveitamento de ganhos inesperados de sectores como a energia e commodities, que através da tributação, oferecem uma potencial fonte de receitas para financiar intervenções da rede de segurança alimentar, incluindo programas de alimentação escolar. No entanto, a dependência de impostos sobre ganhos inesperados pode introduzir volatilidade nas receitas, dependendo da natureza cíclica dos sectores que geram lucros inesperados.
2. **Financiamento climático:** Refere-se ao financiamento destinado a fazer face às alterações climáticas, abrangendo actividades como a redução das emissões e o reforço da resiliência. O seu objetivo é apoiar os esforços de mitigação e adaptação, em especial nos países em desenvolvimento, cumprindo compromissos internacionais como os do Acordo de Paris. Embora existam disparidades na distribuição do financiamento, espera-se que o financiamento climático cresça, oferecendo oportunidades para colmatar lacunas e impulsionar objectivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, incluindo a segurança alimentar e o reforço da resiliência nas comunidades. Um mecanismo importante no âmbito do financiamento climático é a utilização de créditos de carbono, que permitem às entidades compensar as suas emissões através do investimento em projectos ambientais que reduzem os gases com efeito de estufa, apoiando ainda mais os objectivos globais de redução das emissões.

- 3. Impostos específicos:** A afetação de impostos específicos para financiar programas de alimentação escolar proporciona um fluxo de receitas específico, evidenciado por exemplos como o de Prarambhik Shiksha Kosh (PSK) na Índia. Embora os impostos consignados garantam uma fonte de financiamento estável para as iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), podem enfrentar desafios em termos de vontade política e resistência dos contribuintes.
- 4. Tributar os "males públicos":** A aplicação de impostos sobre produtos prejudiciais à saúde pública, como as bebidas açucaradas, pode gerar receitas para apoiar os programas de refeições escolares, promovendo simultaneamente hábitos alimentares mais saudáveis entre as crianças. No entanto, a tributação dos "maus" produtos públicos requer uma análise cuidadosa dos impactos económicos, da resistência potencial das indústrias e da monitorização para garantir os resultados desejados em termos de saúde.
- 5. Trocas de dívida:** As conversões da dívida envolvem a troca de uma parte da dívida de um país em troca de investimentos em projectos de desenvolvimento social como as iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF). Embora as conversões da dívida ofereçam uma oportunidade para reduzir o peso dos pagamentos da dívida e afetar recursos a programas críticos, é importante notar que podem não ser uma opção para muitos países, dependendo de quem são os seus credores. Além disso, as conversões da dívida podem dificultar a contração futura de empréstimos por parte dos países, afectando a sua fiabilidade creditícia e o acesso aos mercados financeiros. Por conseguinte, é essencial uma análise cuidadosa das implicações e das potenciais consequências antes de participar em tais acordos.
- 6. Obrigações de impacto:** As obrigações de impacto são contratos baseados no desempenho em que os investidores privados fornecem financiamento inicial para programas sociais, como a Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), e recebem retornos com base na obtenção de resultados pré-determinados. As obrigações de impacto apresentam uma via promissora para enfrentar os desafios no âmbito do programa de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), particularmente a questão do fluxo de caixa para os fornecedores. Um dos principais obstáculos na implementação de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) é o desalinhamento entre o momento em que os agricultores precisam de ser pagos, que é no ponto de compra, e o momento em

que os governos normalmente pagam, muitas vezes em atraso no final do prazo. Esta discrepância cria desafios significativos ao nível do fluxo de caixa para os fornecedores. As obrigações de impacto podem servir de solução para este problema, ao potenciar o financiamento inicial dos investidores privados. Ao estabelecer contratos baseados no desempenho, as obrigações de impacto incentivam a eficiência e a eficácia na execução dos programas, ao mesmo tempo que transferem os riscos financeiros dos governos para os investidores. No entanto, a implementação bem sucedida de obrigações de impacto na Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) requer uma análise cuidadosa das métricas de resultados, da atribuição de riscos e da sustentabilidade financeira para garantir a sua eficácia na resolução do problema do fluxo de caixa para os fornecedores.

- 7. Fundos de Impacto Social:** Os fundos de impacto social reúnem recursos de várias partes interessadas, incluindo governos, organizações filantrópicas e investidores privados, para financiar projectos sociais com resultados positivos mensuráveis, incluindo iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF). Estes fundos proporcionam flexibilidade no financiamento, permitindo aos governos aceder a capital para a implementação e expansão de programas. No entanto, é essencial garantir o alinhamento entre os objectivos do fundo e as prioridades do governo para maximizar o impacto e a sustentabilidade.
- 8. Parcerias Público-Privadas (PPP):** As PPP envolvem a colaboração entre entidades governamentais e parceiros do sector privado para financiar, implementar e gerir projectos sociais, incluindo programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF). Através das PPP, os governos podem aproveitar a experiência, a inovação e os recursos do sector privado para melhorar a eficiência e a eficácia do programa. No entanto, as PPP exigem uma negociação cuidadosa dos termos, estruturas de governação transparentes e mecanismos para salvaguardar os interesses públicos e a responsabilização.

Ao recorrer a estes mecanismos alternativos de financiamento, os governos podem diversificar as suas fontes de financiamento para as iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), assegurando um apoio sustentado a par das contribuições das IFIs. Estes mecanismos oferecem vias para alinhar as políticas fiscais com os objectivos de desenvolvimento, promovendo a resiliência e a autossuficiência dos programas nacionais de alimentação escolar.¹¹

11 SFI, 2023. School meal programmes: A missing link in food systems reform, p. 26. Available at: <https://www.edc.org/sites/default/files/School-meals-Food-Systems.pdf>

EXEMPLOS DE PROJECTOS DE FINANCIAMENTO DAS IFI NA REGIÃO DA CEDEAO

A implementação bem sucedida de programas sustentáveis de alimentação escolar depende significativamente da garantia de diversas fontes de financiamento, incluindo o apoio das IFIs. Através de parcerias estratégicas com IFIs como o Banco Mundial e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BIsD), os governos da região da CEDEAO podem atingir os seus objectivos de melhorar o acesso à educação, a qualidade e o bem-estar nutricional. Vamos explorar três desses projectos financiados por estas instituições, cada um deles adaptado para enfrentar desafios e prioridades específicas nos respectivos países e com conteúdos fornecidos por cada instituição.

Projeto Alimentar e Nutricional do BAD no Burkina Faso: No Burkina Faso, o BAD está a impulsionar uma iniciativa inovadora destinada a erradicar a fome e a malnutrição entre os alunos das escolas das aldeias rurais. O Projeto de Refeições Escolares com Produtos Locais para uma Nutrição Inteligente, generosamente financiado pelo Japão, é uma fonte de esperança nas regiões de Boucle du Mouhoun, Centre-Sud e Sud-Ouest. Desde a sua criação em 2020, o projeto transformou escolas seleccionadas em centros de autossuficiência agrícola e educação nutricional, com um impacto significativo na vida dos alunos e das comunidades.

- **Objectivos estratégicos:** Os principais objectivos do projeto são multifacetados: assegurar que todas as crianças recebem diariamente uma refeição nutritiva, elevar a qualidade nutricional das refeições e promover práticas agrícolas sustentáveis. Ao integrar produtos de origem local nas refeições escolares e ao fornecer recursos e formação essenciais, a iniciativa não só combate a fome imediata como também promove a resiliência e a autossuficiência a longo prazo nas comunidades.
- **Estrutura de financiamento:** Com um investimento inicial de 990.000 dólares do BAD e do Japão, o projeto demonstrou um compromisso estratégico para combater a insegurança alimentar e a subnutrição no Burkina Faso. Este financiamento facilitou a criação de campos e hortas em escolas seleccionadas, bem como o fornecimento de equipamento e recursos cruciais. Para além disso, sublinha a importância de investimentos sustentáveis na educação e na nutrição para melhorar as populações vulneráveis.
- **Resultados esperados:** O projeto já produziu resultados notáveis, com melhorias tangíveis na saúde dos alunos, no desempenho académico e na coesão

da comunidade. No final da sua fase inaugural, as escolas colheram mais de 25 toneladas de produtos agrícolas, desafiando as condições climatéricas adversas e as perturbações da cadeia de abastecimento. Os alunos desfrutam agora de refeições nutritivas confeccionadas com ingredientes locais, promovendo uma ligação mais profunda ao seu património cultural e às tradições agrícolas. Além disso, o projeto capacitou as comunidades com competências e conhecimentos essenciais para gerir de forma sustentável os seus sistemas alimentares e defender políticas de nutrição.

O Projeto de Refeições Escolares com Produtos Locais para uma Nutrição Inteligente é um testemunho do poder transformador das parcerias estratégicas e dos investimentos orientados para a educação e a nutrição. À medida que a iniciativa avança para a sua próxima fase, há um otimismo crescente quanto à sua expansão e replicação no Burkina Faso e não só. Ao continuar a dar prioridade ao bem-estar das populações vulneráveis e a promover a resiliência da comunidade, o BAD e os seus parceiros estão a preparar o caminho para um futuro mais brilhante e saudável para as gerações vindouras.

Projeto do Banco Mundial no Togo: O Banco Mundial está a liderar um projeto transformador no Togo. O Projeto para a Melhoria da Qualidade e Equidade do Ensino Básico no Togo (PAQEEB - P172674), visa reforçar a qualidade do ensino básico, com especial ênfase na promoção da educação das raparigas e no fortalecimento da gestão global da educação. Esta iniciativa, apoiada pela AID e pela Parceria Global para a Educação (PGE), representa uma resposta estratégica às lacunas educacionais críticas identificadas no sector da educação togolês.

- **Objectivos estratégicos:** O projeto está em conformidade com o objetivo global do Togo de melhorar os resultados do ensino e da aprendizagem, promovendo simultaneamente o acesso equitativo ao ensino básico. Ao reforçar a gestão do sistema, procura colmatar as deficiências identificadas em iniciativas anteriores e impulsionar um desenvolvimento educativo sustentável.
- **Estrutura de financiamento:** Num total de 60,1 milhões de dólares, o pacote de financiamento inclui contribuições da AID e da PGE. Em particular, o projeto adopta uma abordagem de financiamento baseada nos resultados (FBR), com 30% do financiamento da PGE dependente da obtenção de resultados predefinidos.

- **Resultados esperados:** Os resultados esperados abrangem a melhoria da qualidade do ensino, a expansão do acesso à educação, a redução das taxas de repetição, o aumento da capacidade de gestão, a inclusão do género e o conhecimento das lacunas críticas em torno das refeições escolares e dos serviços complementares, como a desparasitação escolar. Com um alcance previsto de aproximadamente 2 milhões de estudantes, incluindo 1,1 milhões de raparigas, o projeto visa aproveitar a tecnologia digital para aumentar os esforços educativos e promover o envolvimento holístico das partes interessadas.

O BM também pode trazer valor acrescentado ao reforçar o financiamento do governo numa altura de restrições orçamentais. Por exemplo, o Projeto de Redes de Segurança e Serviços Básicos do Togo está a investir 5 milhões de dólares para fornecer cerca de 15 milhões de refeições escolares a mais de 52.000 crianças do ensino primário nas comunidades mais pobres, com base em projectos anteriores. No Gana, a equipa de Proteção Social e Emprego também recebeu recentemente um pedido do governo para financiar refeições escolares e está atualmente a apoiar a geo-localização das áreas mais vulneráveis e das escolas nelas existentes.

Projeto no Benim: No Benim, o BIsD está a liderar uma iniciativa multifacetada destinada a melhorar o acesso a uma educação de qualidade, especialmente dirigida a segmentos vulneráveis e marginalizados, incluindo raparigas e crianças desfavorecidas. Este esforço abrangente aborda um espectro de desafios que permeiam o panorama educativo do Benim, desde as baixas taxas de matrícula até à subnutrição entre as crianças em idade escolar.

- **Objectivos estratégicos:** Alinhado com a estratégia educativa do Benim e com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o projeto visa aumentar o acesso a ambientes de aprendizagem seguros, elevar os padrões educativos e reforçar o bem-estar das crianças. Ao mitigar o subinvestimento em capital humano, procura catalisar o desenvolvimento sustentável e a prosperidade económica.
- **Estrutura de financiamento:** Combinando o financiamento do BIsD no valor total de 18,52 milhões de euros com contribuições no valor total de 5,10 milhões de euros da Education Above All Foundation, da Plan International e do Governo do Benim, o projeto demonstra um empenho partilhado no seu êxito, com recursos financeiros significativos inscritos no orçamento nacional.
- **Resultados esperados:** O projeto fornecerá cantinas novas e funcionais a quarenta escolas primárias

equipadas com cantinas novas, matriculará e educará cerca de 80.000 crianças não escolarizadas em Centros de Aprendizagem Alternativos (CAAs), melhorará as taxas de conclusão escolar e reduzirá a prevalência de malnutrição entre as crianças em idade escolar. O projeto visa promover um ambiente educativo inclusivo e centrado nas crianças através de uma série de intervenções, incluindo programas de sensibilização para a nutrição, reforço das capacidades dos professores e melhorias curriculares.

Projeto do BIsDB no Senegal: A busca do Senegal por resiliência alimentar e fornecimento local sustentável para cantinas escolares recebe um impulso significativo através do financiamento do IsDB. No âmbito do "Projeto de Reforço da Resiliência Alimentar das Populações e do Aproveitamento Local Sustentável das Cantinas Escolares no Senegal" (P2RAP-ACS), o BIsD estabelece uma parceria com o Senegal para reforçar as medidas de segurança alimentar e melhorar os resultados educativos.

- **Objectivos estratégicos:** Alinhado com os ODS 2, 3 e 4, o projeto visa erradicar a fome, garantir a segurança alimentar, melhorar a nutrição e facilitar o acesso equitativo a uma educação de qualidade. Ao reforçar a política de refeições escolares e apoiar os ecossistemas agrícolas locais, aborda desafios fundamentais que impedem o progresso educacional e o bem-estar da comunidade.
- **Estrutura de financiamento:** Com um orçamento de 25 milhões de USD, predominantemente financiado pelo Projeto de Resposta à Segurança Alimentar (FSRP) do BIsD, o projeto sublinha o compromisso da instituição em promover o desenvolvimento sustentável no Senegal. Com uma duração de três anos, a iniciativa visa as escolas rurais e periurbanas das academias do Senegal.
- **Resultados esperados:** Os resultados previstos abrangem a criação de infra-estruturas, o reforço das cantinas, a melhoria da cadeia de valor e o aumento dos recursos operacionais para as cantinas escolares. Ao melhorar as taxas de matrícula, de transição e de conclusão, juntamente com o fomento dos ecossistemas agrícolas, o projeto esforça-se por cultivar comunidades resistentes e promover a prosperidade educativa.

Essencialmente, estes projectos incorporam o potencial transformador do financiamento das IFIs no avanço da educação, nutrição e desenvolvimento socioeconómico na região da CEDEAO. Ao sinergizar os recursos financeiros com as prioridades estratégicas, os governos podem concretizar as suas visões de sistemas educativos inclusivos, equitativos e sustentáveis, alimentando assim o capital humano e promovendo a prosperidade nacional.

O PODER DO APROVISIONAMENTO¹²

Os orçamentos de compras públicas exercem uma influência significativa na formação dos sistemas alimentares, particularmente através da sua associação a programas de refeições escolares. Reconhecidas como uma das ferramentas mais potentes do governo federal dos Estados Unidos para garantir a segurança nutricional das crianças, as refeições escolares são fundamentais para promover práticas alimentares sustentáveis.¹³

Ao investigar os quadros de aprovisionamento locais e nacionais, estes programas podem perpetuar as desigualdades e as práticas insustentáveis ou servir de catalisadores para a transformação no sentido de sistemas alimentares mais equitativos e sustentáveis.¹⁴

O impacto dos orçamentos para contratos públicos vai muito para além das meras transacções. Provocam efeitos multiplicadores que se repercutem nas cadeias de abastecimento e nas economias locais. Por exemplo, a investigação nos Estados Unidos indica que cada dólar adicional recebido pelos agricultores através da aquisição de refeições escolares pode gerar 1,5 a 3 dólares em valor económico mais alargado.¹⁵

Além disso, os efeitos em cadeia desses investimentos contribuem significativamente para a redução da pobreza, em especial nas zonas rurais onde a agricultura é a principal fonte de subsistência.¹⁶

As autoridades municipais de todo o mundo estão a aproveitar o poder do aprovisionamento para realinhar os mercados alimentares com valores que enfatizam a sustentabilidade e a equidade. A mudança pioneira de Milão no sentido do abastecimento a partir de explorações agrícolas locais conduziu a uma redução substancial das emissões de carbono, demonstrando o potencial das políticas de aquisição para impulsionar os objectivos ambientais.¹⁷

Do mesmo modo, iniciativas como o Programa de Compra de produtos Saudáveis (Good Food Purchase Program) nos Estados Unidos dão prioridade ao apoio à agricultura local, às práticas sustentáveis e à equidade social através de contratos públicos.¹⁸

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil destaca-se como um testemunho do potencial transformador das políticas de compras. Ao obrigar a que pelo menos 30% dos fundos sejam gastos em produtos provenientes da agricultura familiar, o Brasil não só fomentou um mercado fiável para os pequenos agricultores, como também promoveu uma agricultura diversificada e sustentável.¹⁹

Na África Subsaariana, onde a segurança alimentar continua a ser uma preocupação premente, os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSP) oferecem uma via promissora para reforçar os sistemas alimentares locais.²⁰

À medida que o mundo se debate com os impactos das alterações climáticas e da degradação ambiental, o aprovisionamento surge como uma ferramenta potente para promover a agricultura regenerativa. Ao incentivar práticas que melhoram a fertilidade do solo, reduzem a dependência de agroquímicos e aumentam a biodiversidade, os programas de alimentação escolar podem contribuir tanto para a segurança alimentar como para a resiliência climática.²¹

Como tal, o poder do aprovisionamento vai muito além do ato de comprar bens; serve de base para impulsionar a mudança sistémica nos sistemas alimentares. Ao utilizar os orçamentos de aquisição para dar prioridade à sustentabilidade, equidade e resiliência, os governos e as instituições podem preparar o caminho para um futuro mais justo e sustentável.

12 SFI, 2023. School meal programmes: A missing link in food systems reform. Available at: <https://www.edc.org/sites/default/files/School-meals-Food-Systems.pdf>

13 Ibid.

14 Ibid.

15 National Farm to School Network, 2017. "Economic Impacts of Farm to School: Case Studies and Assessment Tools". Available at: <https://www.farmtoschool.org/resources-main/economic-impacts-of-farm-to-school>

16 T. S. Jayne et al., 2021. "Agricultural Productivity Growth, Resilience, and Economic Transformation in Sub-Saharan Africa," Board for International Food and Agricultural Development (BIFAD).

17 Milan Urban Food Policy Pact, 2023. Available at: <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org>

18 Daniels and Delwiche, 2022. "Future Policy Award 2018: The Good Food Purchasing Program, USA", *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 5.

19 Valencia et al., 2019. "Structuring Markets for Resilient Farming Systems," *Agronomy for Sustainable Development*, 39.

20 SFI, 2023. Op. cit.

21 Africa Regenerative Agriculture Study Group, 2021. "Regenerative Agriculture. An Opportunity for Businesses and Society to Restore Degraded Land in Africa".



EXEMPLOS DE PROJECTOS DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEIS/INOVADORES

BRASIL - MELHORES CONTRATOS PÚBLICOS COM A REGRA DOS 30% E COFINANCIAMENTO PELOS MUNICÍPIOS²²

Histórico: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil é reconhecido como uma das iniciativas mais bem-sucedidas no uso da merenda escolar para combater a fome, melhorar a nutrição e reforçar a educação. Consagrado na constituição brasileira, o PNAE fornece refeições gratuitas a mais de 40 milhões de estudantes nos 5.570 municípios do país. Esse programa tem desempenhado um papel crucial na redução da fome e na permanência das crianças de famílias mais pobres na escola.

Implementação: O PNAE funciona por meio de uma estrutura altamente descentralizada, monitorada pelos Conselhos de Alimentação Escolar. Esses conselhos reúnem representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de pais, professores e organizações da sociedade civil. Uma das principais características do programa é a "regra dos 30%", que determina que pelo menos 30% dos recursos federais destinados ao programa devem ser gastos com produtos da agricultura familiar, com preferência para fornecedores locais. Essa regra, implementada desde 2009, garantiu um mercado estável para os pequenos agricultores e os incentivou a diversificar sua produção, promovendo assim a resiliência e a sustentabilidade na agricultura.²³

Impacto: O sucesso do PNAE vai para além da satisfação de necessidades nutricionais imediatas. Serve de catalisador para objectivos mais amplos de justiça ambiental e social. Por exemplo:

São Paulo estabeleceu uma meta de transição para 100% de refeições escolares orgânicas até 2030, incentivando práticas agrícolas regenerativas e apoiando os agricultores através de preços premium e programas de transição.

Niterói e Salvador têm iniciativas que visam reduzir o consumo de carne com alto teor de gordura entre as crianças em idade escolar e, ao mesmo tempo, promover fontes de proteína de origem vegetal, alinhando as políticas de alimentação escolar com os objectivos de saúde e sustentabilidade.

Estes esforços resultaram em cabazes alimentares mais diversificados e nutritivos, bem como em ligações mais fortes entre as escolas e os agricultores locais. Além disso, o PNAE facilitou estratégias integradas que abrangem a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Desafios: Apesar do seu sucesso, o PNAE enfrenta desafios, tais como:

- **Questões logísticas:** Garantir o fornecimento consistente e a qualidade dos produtos de origem local pode ser um desafio, especialmente em áreas remotas.
- **Restrições financeiras:** Embora o programa seja sólido, as restrições orçamentais a nível municipal podem limitar o seu alcance e eficácia.
- **Participação dos agricultores:** Incentivar a participação de mais agricultores familiares requer apoio e recursos contínuos para os ajudar a cumprir as normas e as exigências do programa.

Recomendações: Para melhorar o PNAE e seu impacto, são propostas as seguintes recomendações:

Aumento do financiamento e do apoio: A afetação de recursos adicionais para apoiar a infraestrutura logística e os programas de formação dos agricultores pode melhorar a eficiência e a eficácia do programa.

Monitorização e avaliação melhoradas: A implementação de sistemas rigorosos de monitorização e avaliação pode ajudar a identificar áreas de melhoria e garantir que os objectivos do programa estão a ser cumpridos.

Expansão de práticas sustentáveis: Incentivar mais municípios a adoptarem objectivos ambiciosos para refeições escolares biológicas e sustentáveis pode aumentar os benefícios ambientais e sociais.

Conclusão: Através do PNAE, o Brasil exemplifica como estratégias inovadoras de compras, aliadas à liderança municipal e ao envolvimento da comunidade, podem impulsionar mudanças transformadoras nos sistemas alimentares. Ao associar as compras públicas a práticas agrícolas regenerativas e a objectivos mais amplos de justiça social, o PNAE oferece um modelo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo, não só no Brasil, mas também como um modelo potencial para a região da CEDEAO.

22 África Regenerative Agriculture Study Group, 2021. "Regenerative Agriculture. An Opportunity for Businesses and Society to Restore Degraded Land in Africa".

23 SFI, 2023. School meal programmes: A missing link in food systems reform. Available at: <https://www.edc.org/sites/default/files/School-meals-Food-Systems.pdf>.

ABORDAGEM INOVADORA DA BOLÍVIA AO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: APROVEITAMENTO DO IMPOSTO SOBRE OS HIDROCARBONETOS E DAS TRANSFERÊNCIAS CONDICIONAIS DE DINHEIRO²⁴

A América Latina e as Caraíbas enfrentam desafios significativos para garantir o acesso à educação e a uma nutrição adequada para as crianças, particularmente em comunidades economicamente desfavorecidas. A Bolívia, reconhecendo a importância de enfrentar estes desafios, implementou mecanismos de financiamento inovadores para apoiar programas de educação e nutrição, incluindo o programa de Refeições Escolares Complementares (REC) e o Bônus Escolar Juancito Pinto. Estas iniciativas são financiadas, em parte, através do Imposto Direto sobre os Hidrocarbonetos (IDH), que atribui receitas das exportações de hidrocarbonetos aos governos municipais. O Bônus Escolar Juancito Pinto, introduzido em 2006, complementa estes esforços, fornecendo transferências monetárias condicionais às famílias, incentivando a frequência escolar e reduzindo os obstáculos financeiros à educação.

Antecedentes: O programa de Refeições Escolares Complementares na Bolívia, iniciado em 2000, tem como alvo crianças e adolescentes de famílias empobrecidas que frequentam escolas públicas. Como parte da política de proteção social da Bolívia, o programa visa aliviar a fome, melhorar a nutrição e prevenir as taxas de abandono escolar. Simultaneamente, o Bônus Escolar Juancito Pinto funciona como um programa de transferência condicional de dinheiro, oferecendo incentivos financeiros às famílias com base na frequência escolar dos seus filhos. Ambas as iniciativas contribuem para melhorar os resultados educacionais e reduzir a pobreza entre as populações vulneráveis.

Implementação: A abordagem descentralizada da Bolívia para a implementação de programas capacita os governos municipais a gerir e financiar iniciativas de educação e nutrição. Através da IDH, os governos municipais recebem fundos para apoiar programas sociais, incluindo o programa REC e o Bônus Escolar Juancito Pinto. Os municípios desempenham um papel crucial na alocação de recursos, na implementação de programas e na promoção do desenvolvimento económico local através da compra de alimentos produzidos localmente para as refeições escolares.

Impacto: Os estudos demonstraram o impacto positivo do Bônus Escolar Juancito Pinto nas taxas de matrícula e de frequência escolar, sobretudo nas comunidades marginalizadas. Ao abordar as barreiras financeiras à educação, o programa contribui para reduzir as taxas de

abandono escolar e promover o sucesso escolar como forma de sair da pobreza. Além disso, a integração do programa REC e do Bônus Escolar Juancito Pinto melhora o bem-estar geral das crianças e adolescentes, respondendo às necessidades nutricionais e educativas.

Desafios e recomendações: Apesar dos êxitos destas iniciativas, subsistem desafios, nomeadamente no que respeita à estabilidade das fontes de financiamento. A dependência da Bolívia das receitas dos hidrocarbonetos expõe os programas sociais à volatilidade do mercado global. Para garantir a sustentabilidade a longo prazo dos programas de educação e nutrição, incluindo o Bônus Escolar Juancito Pinto, recomenda-se que a Bolívia explore mecanismos de financiamento alternativos e reforce a coordenação entre as agências governamentais e as partes interessadas.

A abordagem inovadora da Bolívia ao financiamento da educação, alavancando o imposto sobre os hidrocarbonetos e as transferências condicionais de dinheiro, serve de modelo para enfrentar os complexos desafios do acesso à educação e à nutrição na América Latina e nas Caraíbas, bem como na África Subsaariana. Ao dar prioridade ao investimento social e ao desenvolvimento económico local, a Bolívia demonstra o seu empenho em melhorar o bem-estar e as perspectivas de futuro dos seus cidadãos mais vulneráveis.

O MODELO DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL DA GUATEMALA: AFETAÇÃO DO IVA À NUTRIÇÃO INFANTIL E À EDUCAÇÃO²⁵

Ao abordar a necessidade crítica de programas de educação e nutrição entre as populações vulneráveis na América Latina e nas Caraíbas, tornaram-se imperativos mecanismos de financiamento inovadores. A Guatemala, reconhecendo estes desafios, implementou estratégias sustentáveis e pioneiras para apoiar o seu Programa de Alimentação Escolar (PAE) e garantir o acesso à educação para os seus jovens. Isto inclui a utilização de um imposto sobre o valor acrescentado (IVA) destinado a financiar o PAE, demonstrando um compromisso com o bem-estar e o desenvolvimento das crianças.

Antecedentes: O Programa de Alimentação Escolar da Guatemala, iniciado em 1956, evoluiu para uma das maiores iniciativas de proteção social da região. Ao fornecer refeições a milhões de crianças do jardim de infância e do ensino primário em instituições públicas, o programa combate a fome, melhora a nutrição e promove o sucesso escolar. A recente inclusão de estudantes do ensino secundário sublinha a dedicação da Guatemala à expansão do acesso à educação e à melhoria do bem-estar geral.

24 Valencia, Wittman, & Blesh, 2019. Structuring Markets for Resilient Farming Systems. *Agron. Sustain. Dev.* 39, 25 (2019). Available at: <https://doi.org/10.1007/s13593-019-0572-4>

25 SFI, 2022. School Meals Financing Rapid Assessment: Bolivia. Available at: <https://educationcommission.org/wp-content/uploads/2022/12/SFI-Country-Case-Study-Bolivia-April-2022.pdf>

Implementação: A abordagem da Guatemala à implementação do programa é descentralizada, concedendo às autoridades locais uma responsabilidade significativa na gestão e financiamento de iniciativas de educação e nutrição. O Ministério da Educação (MINEDUC) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAGA) colaboram com as Organizações de Pais (OP) e com os governos municipais para garantir a aplicação efectiva dos recursos. O imposto IVA serve como uma fonte de financiamento estável para o PAE, enfatizando a sustentabilidade financeira e a propriedade local.

Impacto: Os estudos indicam os resultados positivos do Programa de Alimentação Escolar da Guatemala, incluindo a melhoria dos resultados escolares, a redução das taxas de abandono escolar e a melhoria da nutrição entre as crianças participantes. Ao dar prioridade à aquisição local de fornecedores acreditados, o programa também estimula o desenvolvimento económico e apoia os pequenos agricultores. Esta abordagem integrada responde às necessidades educativas e nutricionais, contribuindo para o desenvolvimento holístico dos jovens da Guatemala.

Desafios e recomendações: Apesar dos seus êxitos, o PAE da Guatemala enfrenta desafios, particularmente no que respeita à consistência do financiamento e aos custos administrativos. Para garantir a viabilidade do programa a longo prazo, a Guatemala deve explorar a diversificação das fontes de financiamento e reforçar a coordenação entre as partes interessadas. Além disso, é essencial investir em mecanismos de monitorização e avaliação para acompanhar a eficácia do programa e abordar as áreas a melhorar.

A abordagem inovadora da Guatemala ao financiamento da educação e da nutrição, exemplificada pelo imposto IVA destinado ao Programa de Alimentação Escolar, demonstra um compromisso com o investimento social e o bem-estar das crianças. Ao alavancar mecanismos de financiamento sustentáveis e ao promover o envolvimento local, a Guatemala estabelece um precedente para enfrentar os desafios multifacetados do acesso à educação e à nutrição na região.

PIONEIRISMO NO FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL: A CONVERSÃO DA DÍVIDA EM FAVOR DA NATUREZA NO EQUADOR E SEU POTENCIAL PARA PROGRAMAS DE MERENDA ESCOLAR²⁶

Antecedentes: Num passo inovador em direção ao desenvolvimento sustentável, o Equador, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação de Financiamento do Desenvolvimento dos EUA (CFD), executou com sucesso a maior conversão de

dívida por natureza do mundo.

Concluída em maio de 2023, esta iniciativa aborda os desafios de gestão da dívida do Equador, ao mesmo tempo que atribui recursos críticos para a conservação marinha a longo prazo nas icónicas Ilhas Galápagos. Este esforço promove tanto a preservação ambiental como o bem-estar dos equatorianos.

Execução: A operação envolveu uma combinação sem precedentes de uma garantia de US\$ 85 milhões do BID e um seguro contra riscos políticos de US\$ 656 milhões do CFD. Essas ferramentas financeiras facilitaram a compra da dívida pública existente do Equador em condições mais favoráveis, resultando em economias substanciais ao longo da vida que ultrapassaram US\$ 1,126 bilhão. O Credit Suisse actuou como líder global, enquanto a Oceans Finance Company actuou como gestora do projeto, tendo a Pew Bertarelli Ocean Legacy como parceiro cooperante. A criação do Galápagos Life Fund é fundamental para esta iniciativa, gerando poupanças estimadas em 323 milhões de dólares para apoiar actividades de conservação durante os próximos 18,5 anos.

Impacto: O principal objetivo desta operação é financiar actividades de conservação através do Galápagos Life Fund, que apoiará esforços na Reserva Marinha das Galápagos e na recém-criada Reserva Marina Hermandad. Esta iniciativa colaborativa envolve várias partes interessadas, incluindo agências governamentais, o sector das pescas, o meio académico e a sociedade civil, realçando o empenho do Equador na proteção ambiental e no desenvolvimento sustentável. A Reserva Marina Hermandad, com uma extensão de 60.000 quilómetros quadrados, liga a Reserva Marinha das Galápagos a áreas protegidas transnacionais, salvaguardando habitats vitais para espécies de tubarões ameaçadas. A Reserva Marinha das Galápagos, que abriga mais de 3.500 espécies, incluindo numerosas espécies endémicas, é crucial para as indústrias do turismo e da pesca artesanal do Equador, promovendo o crescimento económico e o bem-estar social.

Desafios: Embora a conversão da dívida equatoriana em dívida para a natureza estabeleça um precedente significativo, também apresenta vários desafios. Garantir a eficácia a longo prazo do Fundo Galápagos Life requer uma gestão e supervisão consistentes. Além disso, o sucesso de tais iniciativas depende da colaboração contínua entre diversas partes interessadas, o que pode ser complexo de manter ao longo do tempo. Garantir apoio político e financeiro contínuo, particularmente em condições económicas flutuantes, continua a ser um desafio crítico.

26 IDB, 2023. Ecuador Completes World's Largest Debt-for-Nature Conversion with IDB and DFC Support. Available at: <https://www.iadb.org/en/news/ecuador-completes-worlds-largest-debt-nature-conversion-idb-and-dfc-support>

Recomendações: Para aproveitar o sucesso do modelo do Equador, outras nações devem considerar a adoção de estratégias semelhantes de conversão da dívida em natureza. Esta abordagem não só alivia os encargos financeiros como também reforça as políticas ambientais e de gestão da dívida pública. Além disso, a expansão do modelo para incluir conversões de dívida por investimento social poderia redirecionar recursos financeiros para programas sociais vitais, como iniciativas de alimentação escolar. Ao dar prioridade ao bem-estar dos seus jovens, os países podem garantir que as crianças recebem uma nutrição adequada para o seu crescimento e desenvolvimento. As iniciativas futuras devem continuar a inovar, combinando garantias com seguros de risco político para mobilizar recursos para objectivos sociais e ambientais mais amplos.

Conclusão: A conversão da dívida em favor da natureza no Equador exemplifica um modelo pioneiro de integração da gestão da dívida com a sustentabilidade ambiental. Como o BID continua a defender instrumentos de financiamento inovadores, esta operação reforça o compromisso com os objectivos de desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade. Emulando a abordagem do Equador, os Estados membros da CEDEAO podem potencialmente equilibrar a prosperidade económica com o desenvolvimento do capital humano e a gestão ambiental, abrindo caminho para um futuro sustentável.

INICIATIVA DE OBRIGAÇÕES ODS DO MÉXICO²⁷

A iniciativa Obrigações ODS (SDG Bond) 2023 do México representa uma abordagem inovadora ao financiamento sustentável, sintetizando a dedicação do país ao avanço dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Liderada pelo Governo mexicano, esta iniciativa apresenta um mecanismo inovador que alinha os investimentos financeiros com os objectivos globais de sustentabilidade.

Antecedentes: As Obrigações ODS (SDG Bond) utiliza os Padrões de Impacto ODS para Emissores de Títulos (SDG Impact Standards for Bond Issuers), desenvolvidos pelo Impacto ODS (SDG Impact), uma iniciativa emblemática do centro de finanças sustentáveis do PNUD. Estes padrões servem como princípios orientadores, enfatizando a integração de estratégias de impacto, transparência e mecanismos de governação nos processos de tomada de decisão dos emissores de obrigações. O compromisso do México com estas normas sublinha a sua visão para um futuro mais sustentável.

Intenção estratégica: Desde 2017, o governo mexicano tem alinhado sistematicamente os programas

orçamentais com os ODS, promovendo a colaboração entre os ministérios sectoriais e o Ministério das Finanças. Esse processo de alinhamento garante investimentos direccionados em programas que abordam metas específicas dos ODS, com ênfase especial nas regiões marginalizadas. A inclusão de um critério geoespacial melhora a alocação estratégica de recursos, promovendo o desenvolvimento equitativo.

Abordagem de Gestão: A abordagem de gestão enfatiza a informação granular e mecanismos de monitorização robustos dentro do Ministério das Finanças. Apesar das mudanças na liderança, a continuidade na estratégia destaca a resiliência das estruturas de governação, garantindo a consistência na realização dos objectivos dos ODS. É dada prioridade à transparência, com esforços para melhorar os mecanismos de informação e a responsabilização.

Seleção e atribuição de programas: Critérios rigorosos orientam a seleção de programas, maximizando o impacto em vários sectores. A integração de Despesas Elegíveis alinhadas com os ODS Verdes demonstra uma abordagem holística à sustentabilidade, alargando o âmbito dos investimentos para além dos programas sociais tradicionais. A utilização do Índice de Diferença Social (Social Gap Index) assegura intervenções direccionadas para áreas marginalizadas, promovendo o crescimento inclusivo.

Relatórios de impacto: O quadro de informação sobre o impacto sublinha os resultados tangíveis dos investimentos das Obrigações ODS (SDG Bond), centrando-se na teoria da mudança e nos indicadores de impacto esperados. A segmentação dos dados e a monitorização dos resultados melhoram a responsabilização, permitindo que as partes interessadas acompanhem o progresso em direção às metas dos ODS e tomem decisões informadas.

A iniciativa Obrigação ODS (SDG Bond) do México serve como um estudo de caso para o financiamento sustentável, oferecendo informações valiosas para outros países que procuram mobilizar recursos para iniciativas de desenvolvimento. Ao alinhar os mecanismos financeiros com os ODS, fomentar a transparência e promover inovações de governação, as nações podem abrir caminho para um futuro mais sustentável e equitativo.

ACELERAR A TRANSIÇÃO PARA A COZINHA LIMPA NAS ESCOLAS DA TANZÂNIA²⁸

Antecedentes: A transição das escolas para soluções de cozinha limpas, acessíveis e fiáveis pode melhorar significativamente a saúde dos alunos, professores e cozinheiros, reduzindo a exposição à poluição atmosférica nociva gerada pelos métodos tradicionais de cozinha com

27 UNDP, 2023. Non-Binding Opinion: Mexico's 2023 SDG Bond Allocation and Impact Report. Available at: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-11/231122-bono-ods.pdf>

28 <https://www.seforall.org/news/seforall-and-world-food-programme-launch-partnership-to-accelerate-a-clean-cooking-transition>

biomassa. Esta iniciativa, liderada pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) e pela Energia Sustentável para Todos (Sustainable Energy for All - SEforALL), visa apoiar o objetivo do Governo da Tanzânia de fornecer soluções de cozinha limpas a 80% da população até 2033. O foco está nas escolas para beneficiar diretamente os estudantes e o pessoal e promover uma cultura de cozinha limpa na comunidade em geral.

Implementação: A iniciativa será lançada em duas fases:

- **Prova de conceito :**
 - **Objetivo:** Fornecer soluções de cozinha eléctrica a 200 escolas primárias com programas de alimentação ao longo de dois anos, com impacto em mais de 100.000 alunos e reduzindo as emissões em 100.000 tCO₂e.
 - **Acções:** Fornecer aparelhos eléctricos de cozinha energeticamente eficientes a escolas seleccionadas, desenvolver um modelo financeiro sustentável que integre subvenções, receitas de carbono e um mecanismo de empréstimo renovável.
 - **Calendário:** Dois anos para a prova de conceito, visando 200 escolas.
 - **Parcerias:** Colaborar com o Ministério da Energia e o Centro Nacional de Monitorização do Carbono. Mobilizar parceiros e recursos, com financiamento inicial prometido pelo Escritório de Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento (Foreign, Commonwealth & Development Office - FCDO) do Reino Unido para 60 escolas.
- **Escalonamento :**
 - **Objetivo:** Alargar as soluções de cozinha limpa a todas as escolas primárias do governo com programas de alimentação e, potencialmente, a outros países da África Subsaariana.
 - **Acções:** Desbloquear o financiamento através dos mercados de carbono e escalar a iniciativa com base no sucesso da prova de conceito.
 - **Parcerias:** Alavancar parcerias com a Aliança Global para a Cozinha Eléctrica (Global Electric Cooking Coalition) e outras partes interessadas para impulsionar a adoção a nível nacional e regional.

Impacto:

- **Saúde e social:** Melhoria dos resultados em termos de saúde para estudantes, professores e cozinheiros através da redução da exposição ao fumo e aos poluentes.
- **Ambiente:** Redução significativa da desflorestação e das emissões de gases com efeito de estufa devido à transição para a cozinha eléctrica.
- **Económico:** Potenciais poupanças de custos para as escolas e comunidades através da redução da dependência da biomassa.
- **Género e juventude:** Capacitar as mulheres e as raparigas, reduzindo o tempo gasto na recolha de biomassa e proporcionando oportunidades através de um programa de estágios STEM centrado na cozinha e energia limpas.

Desafios:

- **Sustentabilidade financeira:** Assegurar que o modelo é economicamente viável para todos os tipos de escolas.
- **Infra-estruturas:** Melhorar as cozinhas das escolas e garantir um fornecimento fiável de eletricidade.
- **Sensibilização e formação:** Reforçar a capacidade dos cozinheiros, professores e autoridades locais para adotar e manter novas tecnologias de cozinha.

Recomendações:

- **Apoio político:** Reforçar as políticas governamentais para apoiar iniciativas de cozinha limpa e fornecer incentivos às escolas.
- **Mecanismos financeiros:** Desenvolver soluções de financiamento inovadoras, incluindo créditos de carbono e microempréstimos, para sustentar a transição.
- **Parcerias:** Promover a colaboração entre organizações internacionais, governos e comunidades locais para aumentar o impacto e a escalabilidade.
- **Monitorização e avaliação:** Implementar um sistema sólido para monitorizar os progressos, recolher dados e aperfeiçoar a abordagem com base no feedback e nos resultados.
- **Próximas etapas:** O feedback e a colaboração do Governo da Tanzânia são cruciais para aperfeiçoar e implementar com sucesso esta iniciativa.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL PARA OS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO DE HGFS

Considerando a natureza multisectorial dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (Home – Grown School Feeding – HGFS), o financiamento sustentável tem implicações políticas de grande alcance em vários sectores. É essencial sublinhar que, sem políticas de custos e compromissos nacionais, garantir orçamentos e financiamento adequados torna-se um desafio, dificultando assim a implementação efectiva e a sustentabilidade das iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS).

Para enfrentar este desafio e desbloquear todo o potencial dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS), os decisores políticos devem adotar uma abordagem holística que transcenda os silos tradicionais. Ao integrar a educação, a agricultura, a saúde, a nutrição, a proteção social, o desenvolvimento económico e a sustentabilidade ambiental num quadro político unificado, com planos e compromissos orçamentados, os governos podem promover sinergias e maximizar o impacto das iniciativas de alimentação escolar.

Além disso, nunca é demais sublinhar a necessidade de uma investigação contínua e de provas sobre as FSSG em termos de política. Uma investigação sólida e a elaboração de políticas com base em provas são cruciais para compreender a eficácia das intervenções no domínio de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS), identificar áreas a melhorar e informar as decisões políticas. O investimento contínuo em mecanismos de investigação e monitorização não só reforçará a base de provas, como também permitirá que os decisores políticos adaptem e aperfeiçoem as políticas para melhor satisfazerem as necessidades em evolução das crianças, famílias e comunidades.

Segue-se uma análise mais aprofundada de cada sector político:

1. Política de educação :

- O financiamento sustentável garante a disponibilidade de recursos para apoiar a expansão e a continuação dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS), com impacto direto nos resultados educacionais, tais como o aumento das taxas de matrícula, frequência e retenção. As políticas devem dar prioridade às dotações orçamentais para financiar de forma sustentável as iniciativas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS), garantindo um acesso equitativo a todas as crianças, independentemente do seu estatuto socioeconómico.

2. Política agrícola :

- O financiamento sustentável dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS) oferece uma oportunidade para reforçar o desenvolvimento agrícola, criando uma procura constante de alimentos de origem local. As políticas podem centrar-se no incentivo aos pequenos agricultores para produzirem culturas nutritivas adequadas às refeições escolares através de formação, acesso ao crédito e ligações ao mercado. Além disso, os investimentos em infra-estruturas agrícolas e investigação podem aumentar a produtividade e promover práticas agrícolas sustentáveis.

3. Política de saúde e nutrição :

- Os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS) contribuem para melhorar a saúde e os resultados nutricionais das crianças, proporcionando-lhes acesso regular a refeições nutritivas. Os enquadramentos políticos devem dar prioridade à qualidade nutricional das refeições escolares, incorporando directrizes para dietas equilibradas e a inclusão de alimentos ricos em nutrientes disponíveis localmente. Estas directrizes também devem ser desenvolvidas para as crianças com menos de 5 anos que frequentam creches/espacos comunitários, uma vez que este período constitui a base para o crescimento e o desenvolvimento da saúde. A integração de serviços de saúde complementares, tais como exames de saúde regulares, desparasitação, campanhas de vacinação e educação sobre higiene nos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS), pode abordar determinantes de saúde mais amplos, melhorando o bem-estar geral das crianças. Além disso, os investimentos em mecanismos de monitorização e avaliação são cruciais para garantir a eficácia das intervenções de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS) no combate à desnutrição e na promoção de hábitos alimentares saudáveis.

4. Política de proteção social :

- O financiamento sustentável dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGFS) apoia os objectivos de proteção social, visando populações vulneráveis, incluindo crianças de famílias com baixos rendimentos, e abordando a insegurança alimentar. As políticas podem integrar a Alimentação Escolar

com Produtos Locais (HGSF) em estruturas de proteção social mais amplas, aproveitando os mecanismos existentes, tais como transferências de dinheiro ou vales de alimentos para complementar as iniciativas de alimentação escolar. Além disso, devem ser adoptadas medidas para identificar e apoiar as comunidades mais marginalizadas, a fim de garantir um acesso equitativo aos benefícios da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).

5. Política de desenvolvimento económico :

- Os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) contribuem para o desenvolvimento económico, criando oportunidades de mercado para os agricultores e produtores de alimentos locais, estimulando as economias rurais e promovendo o empreendedorismo. As políticas devem dar prioridade às estratégias de aquisição local, apoiando os pequenos produtores e as empresas a participar nas cadeias de abastecimento das refeições escolares. Além disso, os investimentos na adição de valor e no processamento de alimentos podem aumentar as oportunidades económicas ao longo da cadeia de valor agrícola, gerando oportunidades de emprego e rendimento.

6. Política ambiental :

- O financiamento sustentável dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) pode promover a sustentabilidade ambiental, incentivando práticas agrícolas agroecológicas, reduzindo as milhas alimentares e minimizando a pegada de carbono associada à produção e transporte de alimentos. As políticas devem integrar considerações ambientais nas diretrizes de aquisição de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), promovendo a aquisição de alimentos sazonais e produzidos localmente e apoiando iniciativas agroflorestais para aumentar a biodiversidade e a resiliência do ecossistema.

Em resumo, o financiamento sustentável dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) transcende a mera provisão orçamental; incorpora um compromisso com o desenvolvimento holístico e o investimento em capital humano. Ao alinhar as prioridades nacionais, promover a colaboração entre os vários intervenientes e adotar modelos de financiamento inovadores, os decisores políticos podem preparar o caminho para uma mudança transformadora, garantindo que todas as crianças tenham acesso a refeições nutritivas, a uma educação de qualidade e a um futuro mais brilhante.



RECOMENDAÇÕES PARA OS DECISORES POLÍTICOS, GOVERNOS E OUTRAS PARTES INTERESSADAS

Para melhorar os mecanismos de financiamento de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) e abordar a natureza multisectorial destes programas, os decisores políticos, os governos e as partes interessadas podem considerar as seguintes recomendações:

1. Quadros políticos integrados:

- Desenvolver quadros políticos integrados que reconheçam e abordem explicitamente a interconexão de sectores como a educação, a agricultura, a saúde, a nutrição, a proteção social, o desenvolvimento económico e a sustentabilidade ambiental.
- Assegurar que os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) não sejam tratados isoladamente, mas que estejam estrategicamente alinhados com as prioridades e estratégias de desenvolvimento nacional mais amplas nestes sectores.
- Promover a colaboração entre os vários intervenientes ou entre os ministérios para garantir que as políticas sejam bem integradas e aplicadas de forma eficaz, tirando partido dos pontos fortes e dos recursos dos diferentes sectores.

2. Colaboração entre as várias partes interessadas:

- Estabelecer e participar ativamente em plataformas multilaterais, como a Comunidade de Práticas da CEDEAO, liderada pelo CERFAM, que reúne agências governamentais, organizações da sociedade civil, entidades do sector privado, universidades e parceiros internacionais.
- Estas plataformas devem facilitar o diálogo contínuo, a partilha de conhecimentos, a mobilização de recursos e os processos conjuntos de tomada de decisão relacionados com o financiamento e a implementação de programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).

3. Planeamento e acompanhamento com base em dados concretos:

- Investir em avaliações exaustivas, como o Healthy SABER, estudos sobre a relação custo-benefício, avaliações de impacto, ferramentas de cálculo de custos da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) e outras análises de custo-benefício para reforçar a base de dados para os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).

- Desenvolver e aplicar quadros sólidos de controlo e avaliação com indicadores claramente definidos para acompanhar os progressos, medir os resultados e identificar os domínios que devem ser melhorados.
- Incorporar processos de planeamento a médio e longo prazo para assegurar a progressão gradual e a expansão das iniciativas da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), reconhecendo que a obtenção de impactos substanciais exige um esforço e tempo sustentados.

4. Afetação orçamental e mobilização de recursos:

- Dar prioridade às dotações orçamentais para a Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) no âmbito dos orçamentos nacionais para a educação, agricultura, saúde e proteção social, de modo a garantir um financiamento sustentável para a implementação e monitorização do programa.
- Explorar mecanismos de financiamento inovadores, tais como parcerias público-privadas, financiamento a curto prazo através de IFIs, obrigações de impacto social e plataformas de coordenação de doadores para mobilizar recursos adicionais e diversificar as fontes de financiamento para iniciativas da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).
- Desenvolver e facilitar estratégias nacionais de financiamento para identificar potenciais fontes de financiamento, incluindo receitas, mecanismos inovadores e/ou contribuições dos pais, para colmatar as lacunas de financiamento.
- Colaborar com os ministérios das finanças, do planeamento, os deputados e as suas comissões, bem como com outras partes interessadas relevantes, para desenvolver opções realistas que contribuam para uma estratégia de financiamento sustentável da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).

5. Desenvolvimento de capacidades:

- Investir em iniciativas de reforço das capacidades para melhorar as competências e os conhecimentos das instituições governamentais, das autoridades locais, das organizações de base comunitária e de outras partes interessadas envolvidas no planeamento, na implementação e na supervisão dos programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).

- Prestar formação e assistência técnica em vários aspectos da conceção de programas, aquisições, gestão da cadeia de abastecimento, educação nutricional, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental.
- Melhorar a gestão das finanças públicas para aumentar a eficácia das despesas públicas, abordando questões relacionadas com os pagamentos, os desembolsos e o desfaseamento entre as dotações e as despesas.

6. Aquisições locais e desenvolvimento do mercado:

- Promover e incentivar estratégias de aquisição local que dêem prioridade à aquisição de alimentos a pequenos agricultores, mulheres produtoras e empresas locais.
- Investir no desenvolvimento de infra-estruturas de mercado, cadeias de valor, normas de qualidade e mecanismos de certificação para reforçar os sistemas alimentares locais e garantir cadeias de abastecimento fiáveis para os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).

7. Defesa de políticas e sensibilização:

- Procurar o apoio dos Chefes de Estado, das Primeiras-Damas e dos Parlamentares para impulsionar a política, a legislação e as alterações de financiamento da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) no país.
- Defender a integração de programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) como uma intervenção política central para alcançar objectivos mais amplos relacionados com a educação, a nutrição, a saúde, a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental.
- Realizar campanhas de sensibilização específicas, esforços de divulgação de conhecimentos e actividades de mobilização social para criar vontade política, angariar apoio público e catalisar acções políticas a favor de um investimento sustentado em iniciativas da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).

Ao implementar estas recomendações, os decisores políticos, os governos e as partes interessadas podem contribuir para o reforço dos mecanismos de financiamento da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF, para a melhoria da eficácia dos programas e para o desenvolvimento holístico das crianças, das comunidades e das nações.



CONCLUSÃO

Na região da CEDEAO, a jornada em direção ao financiamento sustentável da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) entrelaça-se com os desafios e aspirações únicos da região. As IFIs surgiram como parceiros-chave, que oferecem não só assistência financeira, mas também conhecimentos técnicos e advocacia, sendo que tanto o BID como o BM são parceiros da Coligação para a Refeição Escolar, e são vitais para reforçar as iniciativas da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) no contexto da CEDEAO. Através de investimentos direccionados e parcerias estratégicas, as IFIs contribuem significativamente para a concretização da visão da CEDEAO de sistemas educativos inclusivos, equitativos e sustentáveis.

No entanto, o caminho para o financiamento sustentável da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) na CEDEAO exige uma abordagem adaptada, que reconheça e aborde as prioridades interligadas da região. Os esquemas de financiamento inovadores e sustentáveis integrados e os quadros políticos são essenciais, reconhecendo explicitamente a relação simbiótica entre a educação, a agricultura, a saúde e a nutrição. Ao alinhar os programas de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) com os objectivos de desenvolvimento mais amplos da CEDEAO, os decisores políticos podem assegurar a sua integração estratégica nas estratégias de desenvolvimento regional, promovendo a coerência e maximizando o impacto.

Embora plataformas como a prevista Comunidade de Práticas da CEDEAO proporcionem fóruns inestimáveis para o diálogo, a troca de conhecimentos e a mobilização de recursos, é crucial reconhecer as limitações das conferências tradicionais a longo prazo devido à sua natureza dispendiosa e intensiva em recursos. Por conseguinte, as partes interessadas devem explorar vias

alternativas para aproveitar a dinâmica atual, o envolvimento e a colaboração contínuos, aproveitando as plataformas digitais, os webinars e as comunidades em linha para promover o diálogo contínuo e a participação nas iniciativas da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF).

O planeamento e a monitorização baseados em dados concretos continuam a ser imperativos, oferecendo conhecimentos adaptados às necessidades e desafios específicos da região, impulsionando a melhoria e a adaptação contínuas. As estratégias de atribuição de orçamento e mobilização de recursos devem ser contextualmente relevantes, enquanto as iniciativas de desenvolvimento de capacidades asseguram a capacitação das partes interessadas no planeamento e implementação de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF). Para além disso, os esforços de defesa de políticas específicas podem reunir o apoio dos líderes da CEDEAO para dar prioridade às iniciativas da Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF) no âmbito da agenda regional.

Ao abraçar estas recomendações específicas da região e ao complementar as conferências tradicionais com canais de envolvimento digital sustentáveis, os decisores políticos, os governos e as partes interessadas da CEDEAO podem catalisar uma mudança transformadora nos mecanismos de financiamento de Alimentação Escolar com Produtos Locais (HGSF), melhorar a eficácia do programa e fomentar o desenvolvimento holístico das crianças, das comunidades e da região como um todo. Este compromisso reafirma a visão de construir um futuro mais brilhante onde cada criança na região da CEDEAO tenha acesso a refeições nutritivas, educação de qualidade e a oportunidade de prosperar, promovendo a prosperidade e o bem-estar coletivo.

BIBLIOGRAFIA

1. The Changing Wealth of Nations 2018: Building a Sustainable Future World Bank.
2. School Meals Programmes and the Education Crisis: A Financial landscape Analysis. Education Commission, Sustainable Financing Initiative, & Research Consortium for school health and nutrition. (n.d.). <https://educationcommission.org/wp-content/uploads/2022>.
3. The State of School Feeding Worldwide 2022 | World Food Programme. (2023, March 21). <https://www.wfp.org/publications/state-school-feeding-worldwide-2022>
4. State of School Feeding Worldwide 2020 | World Food Programme. (2021, February 24). <https://www.wfp.org/publications/state-school-feeding-worldwide-2020>
5. Empowering the future: ECOWAS homegrown school feeding for human capital development and economic growth. (2023, October 23). ReliefWeb. Retrieved March 24, 2024, from <https://reliefweb.int/report/benin/empowering-future-ecowas-homegrown-school-feeding-human-capital-development-and-economic-growth>
6. Islamic Development Bank. (2023, October 25). <https://www.isdb.org/>
7. African Development Bank Group. (n.d.). African Development Bank Group. <https://www.afdb.org/en>
8. World Bank Group - International Development, Poverty, & Sustainability. (n.d.). World Bank. <https://www.worldbank.org/en/home>
9. African Development Bank Group. (n.d.). African Development Bank Group. <https://www.afdb.org/en>



World Food Programme



School Meals Coalition
Nutrition, Health and Education for Every Child



Sustainable Financing Initiative
for School Health and Nutrition

the Education Commission